



2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA Nº 6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; Manuel Leite dos Santos; António Luís Carrapa Sarmento; Liliana Matias Soares; José António Amaro Nunes; Sara Maria Paiva da Guia; José Manuel de Andrade Oliveira; João Miguel Oliveira Sarmento; Liliana Luísa Dias Monteiro; Carlos Alberto Moura Cabral; Tiago José Gomes Ildefonso e Pompeu Ventura Sorrilha.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Manuel do Carmo Ferreira; Balduino do Carmo Fonseca, Secretário da Junta de Freguesia da União de freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os membros da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, a todos os cidadãos presentes, os representantes de empresas e associações do setor agrícola, a comunicação social, o ex-Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Nascimento. Congratulou-se com a presença de tanto público nesta sessão, tendo dado uma breve explicação sobre o funcionamento da Assembleia Municipal.

Chamou a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 5 da sessão ordinária de 25.06.2018;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Tema especial para debate: Agricultura e Desenvolvimento Rural;

2. Apreciação do Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2018, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", acompanhado do Balanço e da Demonstração de Resultados na mesma data;

3. Apreciação e votação do 2º relatório semestral sobre a execução do Plano de saneamento ajustado - empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017;

4. Discussão e votação da proposta de aditamento às condições gerais de alienação do edifício composto por 2 blocos (12 fogos), sito no lugar do Souto do Mercado, na Cidade de Tarouca;

5. Discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Tarouca, a arrecadar em 2020, referente aos rendimentos de 2019;

6. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - referente ao período de 12.06.2018 a 12.09.2018;

7. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25.06.2018



Fl. 030

2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número cinco da sessão ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número cinco da sessão ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não participaram na aprovação da ata, por não terem estado presentes naquela reunião, os seguintes membros: José António Amaro Nunes, Pompeu Ventura Sorrilha e Balduino do Carmo Fonseca.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES

O Senhor Presidente da Assembleia destacou a seguinte correspondência recebida:

- Convite da Associação da Banda Musical de Gouveães para a comemoração do 141º aniversário;
 - Convite da Comissão de Festas de S. Pedro de Tarouca para participar na procissão em honra de S. Pedro
 - Convite da Associação Cultural e Recreativa Flor do Sabugueiro para o Internacional Folk Dance - Festival Vale do Varosa;
 - Convite da Douro Generation - Associação de Desenvolvimento para a Sessão de Encerramento do projeto "Douro em Movimento, Aldeias com Vida";
 - Convite da Santa Casa da Misericórdia para o evento *Summer Band*;
 - Convite da Associação Sociocultural de São João de Tarouca para a festa do 2º aniversário;
 - Convite da Santa Casa da Misericórdia para o workshop: "Boccia e Arbitragem";
 - Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho - Envio de moção sobre a rejeição do encerramento da Caixa Geral de Depósitos;
 - Ministério da Administração Interna - Lei nº 50/2018 - Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais - informação;
 - Comunicação da FENPROF apelando para a aplicação da Lei nº 50/2018 - transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais;
- Salientou ainda a realização do Estágio da Orquestra de Sopros, por ter sido fantástico ver tanta juventude com tanta qualidade musical a participar.
- Festa de S. Bernardo de S. João de Tarouca
- Referiu a participação em diversos eventos realizados pela Município, nomeadamente o Festival da Juventude, o Varosa

Moments, o Desfile das Associações com Vida, integrados nas festas de S. Miguel.

Informou ainda que a Mesa da Assembleia decidiu propor um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Natalino Silva Ferreira, o qual foi lido em voz alta e que a seguir se transcreve:

"VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DO SR. NATALINO SILVA FERREIRA

Proponho a aprovação de um voto de pesar pelo desaparecimento do Sr. Natalino Silva Ferreira, no dia 10 de julho de 2018, considerando que:

- a) Foi Presidente da Comissão Administrativa que geriu a Câmara Municipal de Tarouca no período compreendido entre 14 de maio de 1974 e 5 fevereiro de 1976 e foi Vereador da Câmara Municipal durante 4 mandatos;
- b) Durante o período de exercício dos seus cargos autárquicos o fez de forma nobre e com reconhecido mérito;
- c) Pelo exercício dos seus cargos autárquicos, foi exemplo de persistência, de luta e de coragem, tornando-se referência municipal de inconformismo e determinação.

Tarouca, 24 de setembro de 2018.

O Presidente da Assembleia Municipal,

a) Rui Manuel da Costa Pereira"

Procedeu-se à votação do presente voto de pesar, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Executivo se associa ao presente voto de pesar.

Concluída a sua intervenção e verificando-se que não houve inscrições para o 1º momento do período de intervenção do público, passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Realçou uma obra, que na sua opinião marcará este Executivo e este mandato, designadamente, a integração dos precários no mapa de pessoal do Município, uma vez que deu estabilidade a um conjunto de famílias que prestavam serviços já há muitos anos nesta Câmara Municipal a recibos verdes e que, por isso, viviam sempre com insegurança. O Executivo, aproveitando a abertura do Governo, integrou no seu mapa de pessoal cerca de sessenta pessoas, através de um processo transparente, com critérios objetivos e bem definidos. Salientou por isso esta medida como a grande obra deste mandato, da qual todos se devem orgulhar, tendo dado os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela forma como decorreu todo o processo.



Fl. 031

2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Solicitou a resolução do problema das águas da Estrada 329, que têm causado muitos prejuízos aos habitantes da freguesia de S. João de Tarouca, uma vez que se aproxima o inverno.

Solicitou ainda a conclusão das obras na ponte de S. João de Tarouca, que é necessária para poderem ser concluídos os trabalhos da nova variante já iniciada.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca e sobre a instalação da iluminação pública LED no Concelho, nomeadamente, quais as freguesias que faltam e as que estão concluídas, salientando que esta foi a solução de poupança encontrada pelo Executivo para ir ao encontro da vontade das pessoas de terem a luz pública durante o período noturno.

Concluiu felicitando a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Associações do Concelho que participaram no desfile Associações com Vida.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Iniciou por agradecer às pessoas que estiveram presentes no funeral da sua mãe.

Referiu que recebeu o boletim informativo do PS a nível local, com o qual não concorda, porque entende que a oposição tem também o seu papel no desenvolvimento das localidades, pois não basta dizer que estamos mal. Considera que é importante identificar os problemas, mas o mais importante é encontrar soluções para os problemas inventariados, o que, realmente não conseguiu ver naquele boletim.

Lembrou que antes dos cinco anos de mandato da atual maioria, o PS governou o concelho durante dezasseis anos, tendo deixado um concelho endividado, o que culminou num processo de saneamento financeiro e na criação na área da agricultura de uma unidade com problemas de viabilidade e com baixa ocupação na sua laboração.

Quanto à transparência advogada naquele boletim, disse que não compreende a razão por que um Vereador, que se tornou presidente da concelhia do PS, se demite da vereação, pois apesar de ter ali referido que foi por causa do PDM, questiona-se sobre o que terá na verdade chocado o Senhor Vereador Bruno Cardoso e se será assim que se defende os interesses dum povo. Na sua opinião, o abandono nunca foi, nem será a forma de se trabalhar para aquilo que são eleitos, ou seja, é defraudar as expetativas de quem neles votou.

No que se refere à evolução da economia nacional, disse que é verdade que a economia está a melhorar, contudo não se pode atribuir essa melhoria ao partido socialista, pois deve-se ir à génese do problema, para o qual o partido socialista é dos grandes responsáveis pela crise. A assistência financeira a Portugal foi motivada pelo falhanço

do PS nos denominados PEC's, ou seja, a magnitude da dívida portuguesa e os deficits orçamentais levaram a que Portugal corresse o risco de não ser financiado no mercado livre de capitais, estando à beira de entrar em default, por essas razões com a ajuda da Troika perdemos a nossa soberania financeira, e foi graças ao sacrifício dos portugueses, a que chama austeridade, que conseguimos criar novamente confiança. Pergunta, se efetivamente Portugal está fora de perigo, porque é que a dívida bateu máximos em maio deste ano. Considera que por mais que alguém diga o contrário a dívida de Portugal é insustentável, e por mais excedentes primários do nosso orçamento, a mesma vai consumir grande parte dos impostos portugueses. Acrescentando que se os deficits orçamentais diminuíssem, foi porque foi criada confiança nos mercados, mas sobretudo porque o Banco Central Europeu começou a comprar dívida portuguesa, o que só foi possível, porque tivemos uma agência de rating que foi simpática para Portugal, que foi a canadiana DBRS, caso contrário, tínhamos de pagar mais juros pela nossa dívida. Deu o seguinte exemplo: imaginem que em vez de 2% de taxa de juro se pagava, como outros países (caso da Grécia) 10%, porque o BCE não podia comprar dívida, então aos 230.000 mil milhões da nossa dívida, acrescia um custo orçamental de 18.400 mil milhões, ou seja um consumo de quase 10% do nosso PIB. Acrescente-se que o BCE já reduziu para metade o valor para comprar dívida e no fim do ano vão acabar com estes estímulos, esperando que o mercado não vá reagir negativamente a esta situação, caso contrário teremos um novo problema.

Salientou que não discorda frontalmente do ministro das finanças, discorda é da demagogia, e realmente tem de concordar que este governo em termos de política de comunicação supera o anterior, fazendo crer que estamos num mar de rosas e que acabou a austeridade. Contudo, em 2017 tivemos uma carga fiscal superior à do período da Troika, só que conseguem passar a imagem contrária. Considera esta uma ilusão aparente, porque baixar os impostos diretos e subir os indiretos pode convencer as pessoas que agora ganham mais, questionando se na realidade o seu rendimento disponível aumentou, uma vez que temos uma das mais baixas taxas de poupança que o País já teve. Algo não bate certo neste paraíso.

Prosseguiu dizendo que "tira o chapéu" ao atual Ministro das Finanças, pois prossegue uma política financeira tradicionalmente de direita, aliviando os impostos diretos e fazendo recair em maior grau a carga fiscal sobre o consumo, com o qual concorda, de acordo com o princípio do utilizador/pagador.

Referiu que efetivamente a nossa economia melhorou, mas acima de tudo foram as empresas portuguesas que contribuíram



Fl. 032

2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

para essa melhoria, conquistando novos mercados externos, já que quando veio a Troika as nossas exportações estavam no nível de 27% do PIB e agora já se fala no objetivo de 50% por cento. O crescimento do turismo é uma realidade, mas foi sobretudo por motivos das campanhas feitas pelo anterior Governo e também por fatores circunstanciais, como a primavera árabe, de cuja situação soubemos tirar proveito. Disse ainda que a redução do desemprego também é uma realidade, mas é uma consequência do trabalho dos empresários, já que o Estado ainda nem sequer conseguiu integrar os precários, pelo que a apregoada competência, não sei onde está.

Acrescentou que estamos à beira da falência do Sistema Nacional de Saúde (conforme referido por um ex-ministro da saúde do PS "o SNS corre o risco de se transformar numa caricatura").

Referiu que, há alguns anos, esta mesma gerigonça dizia que havia vida para além do *deficit*, no entanto agora as coisas mudaram, senão veja-se como vai a educação e a segurança, que em vez de se apostar na segurança das pessoas, obriga-se aquelas forças a cumprir objetivos de multas, sem meios e sem motivação, em conclusão estamos melhor, sim, mas o mérito é acima de tudo dos portugueses.

Concluiu perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se já tem alguma novidade sobre a aplicação da lei da descentralização.

- **José António Amaro Nunes** - Iniciou por se dirigir ao membro Carlos Alberto Moura Cabral, apresentando-lhe os seus pêsames pelo falecimento da sua mãe. Referiu que muito o espantou a sua intervenção, porque parecia um candidato a Ministro das Finanças, considerando a eloquência da mesma sobre a macroeconomia do País. Disse ainda que ouviu com muito agrado o que disse sobre o manifesto do Partido Socialista, pela importância que lhe deu.

Referiu que, na informação do Executivo, verificou que consta uma candidatura ao Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar, do Fundo Social Europeu, a qual decorreu a nível da CIMDouro. Perguntou se esta candidatura é compatível com o Programa TEIP que atualmente está a decorrer no Agrupamento de Escolas de Tarouca, uma vez que o objetivo central deste programa é a promoção do sucesso educativo e a redução do abandono escolar, e que pelo que tiveram oportunidade de ouvir há pouco tempo nesta Assembleia não existem problemas de abandono escolar naquele estabelecimento de ensino. Por isso, ao ser apresentada a referida candidatura a questão que se coloca é se aquele Plano é compatível com o Projeto TEIP e a ser compatível que área é que vai desenvolver, uma vez que os indicadores que conhece apontam em sentido contrário do que se quer promover.

Concluiu perguntando quem organiza o desfile das Associações com Vida.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Iniciou por destacar o facto de, depois de cinco anos de trabalho árduo do Executivo, Tarouca já não integrar a lista dos municípios com excesso de endividamento, cuja notícia leu com muito agrado. Considera que o trabalho de recuperação não acabou, mas é um marco significativo nas contas do Concelho, que foi conseguido graças ao esforço do Executivo e de todos os Tarouquenses, dando por isso os parabéns ao Executivo.

Solicitou informação sobre o ponto de situação dos Parques Ribeirinhos de Tarouca e de Ucanha.

Relativamente ao Boletim semestral do Partido Socialista, designadamente no que se refere à apropriação que nele é feita do projeto de implementação de LEDS no Concelho, e sem querer colocar em causa as diversas intervenções do membro Manuel Leite dos Santos nesta Assembleia sobre o assunto, disse que considera curioso como é que aquele partido pode referir o projeto de implementação dos LEDS no Concelho como se fosse seu, quando foi o Executivo que o apresentou e o está a realizar. Aproveitou para reforçar a pergunta sobre a situação da implementação dos LEDS, fazendo votos para que esteja a correr bem, de forma a que o apagão noturno termine logo que for possível.

Prosseguiu referindo que no mencionado boletim nota-se uma clara distinção entre o texto do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, que à semelhança do que faz no Executivo tem uma postura responsável e clara, que se percebe perfeitamente, e o texto do Senhor Presidente da Concelhia do PS que obstaculiza tudo o que eventualmente possa ser feito para o desenvolvimento do Concelho. Não se percebe de que lado o Partido Socialista está, se do lado do Senhor Vereador Afonso Dias se do lado do Senhor Presidente da Concelhia e de qual deles é a responsabilidade do boletim.

Acrescentou que o mesmo se passa em relação à referência ao PDM naquele boletim, que é um documento fundamental para o desenvolvimento do Concelho e para dinamizar a atividade empresarial, uma vez que havia muitos terrenos bloqueados, que agora ficaram desbloqueados, o qual já foi aprovado no mandato anterior. Curiosamente, foi o PDM o motivo que o Senhor Presidente da Concelhia do PS apresenta para se ter demitido do cargo de Vereador, o que não se percebe, porque, quando foi eleito, já sabia que este PDM estava aprovado, por isso, se não se sentia confortável com isso não se devia ter candidatado ou então não devia ter tomado posse. Na sua opinião, aquele Senhor ex-Vereador demitiu-se, porque não conhece Tarouca, já que nunca apresentou um único projeto para Tarouca, quer durante a campanha eleitoral, quer durante tempo em que foi membro desta Assembleia Municipal;



2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

porque nunca aceitou a derrota, pois achava que por ter dinamizado duas ou três associações ou empresas iria conseguir ganhar as eleições, o que não aconteceu; e porque não sabe estar na oposição, porque se soubesse estar teria percebido que em democracia é tão importante estar no poder como na oposição.

Concluiu dizendo que continua com a mesma dúvida, se o PS de Tarouca é o PS do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, que apesar de ter ideias diferentes do Executivo, se preocupa com Tarouca e os seus cidadãos, ou é o PS do Senhor Presidente da Concelhia, cujo único objetivo lhe parece ser bloquear o desenvolvimento do Concelho.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por dizer que não foi fácil para este Executivo integrar os precários no mapa de pessoal do Município, porque a despesa fixa do Município vai aumentar muito, contudo desde que tomaram posse sempre colocaram em primeiro lugar as pessoas e continuam a fazê-lo, por isso já integraram cerca de sessenta trabalhadores, esperando que se sintam felizes com isso. Por outro lado, considera que este é um contributo importante para a economia local.

Ao membro Tiago Jorge Gomes Eusébio disse que já tinham falado sobre o assunto da água na EN 329, o que para ele é também uma preocupação, tendo já sido adquirido o tubo para ser ali aplicado e quanto à ponte o assunto também já está a ser tratado.

Quanto à área empresarial, explicou que, em breve, será colocado à venda em hasta pública o lote número dez, o qual obriga a um grande investimento de quem o adquirir e a criar no mínimo 15 postos de trabalho, dos quais 80% são para pessoas de Tarouca.

No que respeita à iluminação pública LED, disse que faltam apenas quatro freguesias, mas a candidatura cobre todo o Concelho, com exceção da Variante Este. Salientou que este é claramente um projeto do Executivo, apesar de ter sido lembrado diversas vezes pelo membro Manuel Leite dos Santos por causa do apagão.

Ao membro Carlos Alberto Moura Cabral disse que concorda com a sua intervenção, salientando que se conhece bem a si próprio e não vai permitir que alguém que não o conhece, nem conhece Tarouca, venha colocar em causa a sua dignidade, por isso não vai gastar as suas palavras com quem "foge do cargo", sem apresentar qualquer projeto para o Concelho.

Ao membro José António Amaro Nunes disse que os dados do Agrupamento de Escolas relativos ao insucesso escolar têm sido bons, mas querem continuar a melhorar, por isso apresentaram a candidatura ao referido projeto, a qual foi

aprovada com a intervenção da DGEST, o que quer dizer com toda a certeza que é um projeto compatível.

Esclareceu que o desfile das Associações com Vida é organizado pelo Município.

Quanto à descentralização de competências, disse que é um assunto muito sério, que não pode ser falado levianamente, e por isso estão a aguardar informações mais concretas, pois desta vez o Presidente da ANMP também está de acordo com os Presidentes da Câmara, na defesa dos interesses dos Municípios, pois para o interior só estavam previstas apenas 6% das verbas, sendo todas as restantes para o litoral, e desta forma não se pode falar em descentralização. Apela por isso ao bom senso do Governo para que os Municípios do Interior não sejam prejudicados e que se encontre um patamar de entendimento.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmento disse que a saída do limite de endividamento se deveu a um grande esforço do Executivo, o qual ainda não terminou, pois existem problemas de tesouraria que ainda subsistem.

Quanto ao Parque Ribeirinho de Tarouca e ao de Ucanha, informou que as obras já estão adjudicadas, as quais em breve serão uma realidade e vão dar mais vida ao nosso rio. Informou ainda que a requalificação de Alcáçima estará concluída em novembro ou dezembro. E que para fortalecer ainda mais o centro histórico da cidade, também a Igreja de S. Pedro vai ser objeto de obras, através de uma candidatura ao PRODER.

Interveio de seguida o **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** tendo iniciado por explicar ao membro José António Amaro Nunes que o Plano Integrado do Insucesso Escolar é um projeto que o Município candidatou à CIMDouro em junho de 2017, para ser implementado no ano letivo de 2017/2018, o que não foi possível, pois só agora foi aprovado e, por isso, estão a encetar esforços no sentido de que o projeto inicie no corrente ano letivo. Explicou ainda que este projeto se coaduna perfeitamente com o projeto TEIP, sendo-lhe complementar, porque pretende promover o sucesso escolar, já que o abandono escolar, felizmente, em Tarouca não existe. Continuou a explicar que o projeto é composto de quatro ações específicas: a primeira ação que foca a orientação para a vida ativa do aluno e a orientação para o futuro (ensino superior ou ensino profissional); a segunda ação mais focada nas novas tecnologias e no desenvolvimento ao nível da programação e do hardware; uma terceira ação que complementa o Projeto TEIP porque contempla a ajuda aos alunos após as aulas normais; e por fim a última ação multidisciplinar com um foco muito grande na música, com o objetivo de promover a concentração e o sucesso escolar.



2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Concluiu dizendo que este projeto complementa o esforço do Executivo de fazer uma escola de todos e para todos, para que haja cada vez mais sucesso escolar.

Passou-se de seguida à discussão da seguinte ordem do dia:

PONTO 1 - TEMA ESPECIAL PARA DEBATE: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, considerando o elevado número de cidadãos presentes para assistirem ao debate do tema especial e como o Regimento não prevê a intervenção do público no período da ordem do dia, a Mesa decidiu propor ao plenário, a título excecional, a possibilidade de haver um 3º momento do período de intervenção do público neste ponto da ordem do dia, de forma a permitir que o público presente possa intervir sobre este tema que diz respeito a todos.

Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente da Assembleia e permitir a intervenção do público neste ponto da ordem do dia, após a intervenção do convidado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por referir que, conforme dito na última sessão da Assembleia Municipal, a Mesa pretende trazer a este órgão temáticas relevantes para o Concelho e acima de tudo para as nossas gentes, que visam a sensibilização e discussão por parte dos deputados municipais como legítimos representantes do povo, bem como a todos cidadãos que queiram participar nas Assembleias, sendo preferencialmente nas sessões de fevereiro, junho e setembro.

Disse que se pretende desassossegear todas as pessoas, quer tenham responsabilidades políticas, quer empresariais, quer sejam cidadãos desta nossa terra, alertando para os problemas que existem e acima de tudo para promover/incentivar as soluções de futuro.

Referiu ainda que esta iniciativa foi apoiada e partilhada também pela Comissão Permanente. Mais uma vez, deixou o desafio a todos os Senhores Deputados para lançarem novos temas que no futuro possam ser abordados, quer junto da Mesa, quer através dos respetivos representantes na Comissão Permanente.

Prosseguiu dizendo que na sessão de junho foi abordado o tema "Proteção Civil: Riscos Presentes - Oportunidades no Futuro", com a participação do Dr. Humberto Sarmento, 2º Comandante da Proteção Civil do Distrito de Viseu, tendo sido feita uma abordagem a vários aspetos relacionados com a proteção civil, desde a sua organização, à necessidade de uma prevenção efetiva que compete a todos nós, à identificação de riscos naturais, tecnológicos e mistos com suscetibilidade no concelho de Tarouca, com destaque para os incêndios florestais, tendo ainda sido apresentadas perspetivas para o futuro.

Salientou que, no âmbito da Comissão Permanente, foi proposto que uma das temáticas a abordar seria o empreendedorismo. Sendo o empreendedorismo um processo de iniciativa, de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, considerado por muitos como o principal fator de desenvolvimento económico e social de um País, facilmente concluímos que também para o desenvolvimento da nossa terra é importante que este tema seja discutido e se possível sejam apresentadas propostas a implementar no futuro. O empreendedorismo é transversal aos vários setores económicos com relevância neste Concelho, como sejam a agricultura, o turismo, a construção civil, o comércio, a indústria, entre outras, todos eles com uma vastidão de especificidades e, como tal, a Mesa desta AM entendeu dividir a temática do empreendedorismo em subtemas. Nesta sessão teremos o tema "Agricultura e Desenvolvimento Rural".

Considerando que somos um concelho do interior em que não abundam as grandes indústrias como acontece nos concelhos do litoral e sendo o setor produtivo fundamental para a coesão e desenvolvimento dos territórios nos seus vários aspetos, a agricultura assume um papel relevante na produção deste concelho até porque, e não obstante alguns obstáculos geográficos, possuímos características climáticas que nos permitem produzir produtos diferenciadores e de elevada qualidade.

Deixou para discussão e reflexão, algumas questões sobre esta temática:

- Constrangimentos presentes e futuros
- Tarouca: Que paradigma agrícola da Nossa Terra?
- Agricultura: Que oportunidades?

Disse ainda que para nos falar deste tema e partilhar connosco o conhecimento teórico e prático que possui nesta área, convidou o Engenheiro Agrónomo André Gouveia, pessoa da nossa terra e que vive intensamente e de forma entusiástica a temática da agricultura.

De seguida, a Primeira Secretária leu em voz alta uma breve resenha do currículo do convidado.

Terminada a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Eng. André Gouveia para partilhar algumas reflexões sobre o tema Agricultura e Desenvolvimento Rural, agradecendo penhoradamente a sua disponibilidade para estar presente nesta sessão.

O Engº André Gouveia iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradecendo o convite que lhe foi endereçado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Referiu que o tema em discussão tem uma pertinência muito grande para o Concelho, o que se pode verificar até pela análise do nosso Brasão, que contém um cacho de uvas e



2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

cereais, o que só por si já demonstra que o concelho de Tarouca tem características especiais para a agricultura. Prosseguiu fazendo uma análise SWOT do Concelho, tendo iniciado pelas ameaças, designadamente pelos fatores que não se conseguem controlar e que constituem os constrangimentos da agricultura, designadamente as alterações climáticas, que provocam a carência de água, o aumento da temperatura, a salinidade, a gestão de nutrientes, as ameaças bióticas, o desenvolvimento de diversas pragas emergentes, entre outros. Acrescentou a carência de mão-de-obra na agricultura, assim como as dificuldades de comercialização dos produtos, e a descapitalização dos agricultores, sendo necessário o contributo de todos, para que estes fatores possam ser ultrapassados.

Apresentou dados da produção agrícola no Concelho, por cultura e área de produção, tendo feito a sua representatividade no PIB nacional.

Salientou as características edafoclimáticas ímpares do Concelho, o que o insere num lote de zonas com grande potencial agrícola.

Ressaltou a importância da construção de pontos de conservação hídrica, designadamente em Vilarinho, assim como da execução do ordenamento hídrico nas aldeias e da instalação de redes de cobertura anti granizo, para prevenção das intempéries, entendendo que se devia sensibilizar o Governo para esta necessidade que faria toda a diferença na agricultura do Concelho.

Deu o exemplo da agricultura feita na zona de Trento, em Itália, uma localidade com uma enorme produção agrícola, onde se produz maçã crocante em altitude, cuja ideia podia ser transposta para a nossa serra, que tem ainda mais altitude e que nos permitiria produzir o mesmo tipo de maçã, para chegarmos ao mercado com um produto diferenciador.

Sugeriu, por isso, a criação de valor territorial com o aproveitamento dos nossos terrenos mais serranos, com altitude entre os 800 e os 1000 metros para produção de maçã crocante, tendo apresentado o logotipo e o respetivo slogan "Do sopé ao cume, uma maçã de excelência"

Abordou ainda a questão dos apoios comunitários que vão surgindo, tendo apresentado o site do PDR2020, onde existe muita informação que pode ser valorizada.

Concluiu a sua intervenção, deixando como nota final de desassossego o facto de que os aspetos negativos são cada vez maiores e os consumidores cada vez mais exigentes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao momento de intervenção do público, tendo intervindo os seguintes cidadãos:

- **Paulina Carvalho** - Deu os parabéns à Assembleia Municipal por esta ideia e pela pertinência do tema e ao Eng.º André Gouveia por ser o técnico que é, pela paixão demonstrada na

sua apresentação e pela vontade que sempre demonstra em transmitir os seus conhecimentos, o que é muito gratificante. Perguntou ao Eng.º André Gouveia qual a sua opinião sobre os novos métodos de polinização.

- **Rui Silva** - Iniciou por dar os parabéns à Assembleia Municipal pela ideia para se debater este tema.

Referiu que estamos num concelho agrícola com bastantes dificuldades, pois cada vez mais se sente a descapitalização dos nossos agricultores, e a sua consequente desmotivação, pelas faltas de apoios do Governo, pois, por exemplo, quando acontecem as intempéries, apesar de serem visitados por responsáveis do Governo, nunca obtêm qualquer resposta. Para além disso os seguros cada vez cobrem menos prejuízos agrícolas e são muito caros.

Solicitou por isso ao Município apoio no sentido de fazer chegar as necessidades dos nossos agricultores ao Governo, para que de uma vez por todas se faça alguma coisa em seu favor, pois apesar das reuniões/palestras serem importantes, não chegam para resolver os seus problemas.

Referiu que, a seguir às intempéries, a água é um dos principais problemas dos agricultores, por isso, julga que se devia apostar na melhoria do sistema hídrico do Concelho.

Deu os parabéns à Regifrutas pela promoção do sabugueiro, sugerindo que o Município faça um mapa das culturas que são indicadas para cada zona do nosso Concelho. Disse ainda que é fundamental que aquela cooperativa defina uma verdadeira estratégia para o desenvolvimento do Concelho, uma vez que não percebe porque estão a tratar kiwi e ervilhas se no Concelho não se produz esses produtos em quantidade, não podendo por isso competir com as zonas de grande produção.

Lembrou ainda a falta de apoio técnico aos agricultores, vendo-se as casas comerciais na obrigação de o fornecer, pois apenas existe uma Associação que ajuda os agricultores a nível burocrático, ficando a faltar o apoio técnico. Entende que o Município poderia ajudar a arranjar uma solução para o efeito.

Interveio de seguida o Senhor Presidente da Câmara tendo iniciado por felicitar o Eng.º André pela excelente apresentação, porque revelou muito conhecimento na área da agricultura.

Quanto à falta de água, disse que é um problema que os tem vindo a preocupar, lamentando que as verbas, destinadas ao interior para a agricultura, sejam muito reduzidas, pois apenas têm dado para executar pequenos regadios tradicionais.

Informou que na Regiefrutas já foi elaborado um mapa de culturas do Concelho, o qual vai tentar fazer chegar aos sócios.

Relativamente às redes anti granizo, concorda que efetivamente seriam muito importantes, contudo são bastante



2018.09.24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

dispendiosas, e só com uma candidatura conjunta dos agricultores seria possível colocá-las.

Salientou que os agricultores só poderão produzir em grande escala se estiverem associados, tendo em conta que cada vez mais somos assolados por intempéries, que as ajudas são poucas e que os seguros são inoportáveis. Referiu que nas últimas intempéries que aconteceram no Concelho, houve membros do Governo que vieram ver os prejuízos, e solicitaram o preenchimento de formulários pelos agricultores afetados, no entanto, posteriormente, nenhuma ajuda foi enviada, o que lamenta profundamente.

Explicou que na Régiefrutas já estão a transformar maçã, mas ainda em pouca quantidade, porque são necessários muitos estudos técnicos, para que possam obter um produto de qualidade.

Informou ainda que já celebraram um protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para serem estudadas as propriedades da flor do sabugueiro, a fim de posteriormente ser também comercializada.

Explicou que é Presidente da Régiefrutas, pela inerência do cargo de Presidente da Câmara. Considera que, na altura da construção, não foi bem pensada aquela estrutura, uma vez que foi pensada apenas para comercializar a baga de sabugueiro e que dessa forma não era rentável, tendo sido contraída uma enorme dívida bancária, o que tem dificultado muito o trabalho a desenvolver. Contudo, atualmente está a desenvolver-se um trabalho no sentido de tratar outras frutas. E que o Kiwi foi precisamente para salvar a instituição, contudo as máquinas foram adquiridas com o intuito de se tratar a maçã.

Intervieram ainda os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Felicitou o Eng.º André Gouveia pela sua apresentação e pela motivação que demonstrou em relação ao desenvolvimento da agricultura do Concelho.

Perguntou ao Eng.º André quais as alternativas que sugere, tendo em conta os poucos recursos das freguesias, para estas fazerem as limpezas dos caminhos das suas zonas, uma vez que tem verificado que a aplicação de herbicidas é nociva para o ambiente, nomeadamente para as abelhas.

Quanto aos apoios para regadios, disse que lhe parece que existe muita centralização da informação, a qual deveria ser mais divulgada pela população, que tem alguma dificuldade em lidar com as burocracias e que necessitava de apoio, quer na parte da comercialização dos produtos, quer na parte das candidaturas, etc.

Salientou o combate à vespa da galha do castanheiro que o Executivo promoveu, e que é um bom exemplo de ajuda aos agricultores, apelando para que sejam persistentes nesse combate.

Concluiu salientando a importância da divulgação de toda a informação junto dos agricultores, e do respetivo encaminhamento, para que se sintam mais apoiados.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Agradeceu ao Eng.º André Gouveia a sua excelente exposição.

Salientou o envelhecimento dos agricultores do Concelho, que na sua maioria fazem já uma agricultura de subsistência, questionando-se o que acontecerá quando esses já não puderem fazer nada.

Referiu o problema da comercialização dos produtos, porque se é importante aumentar a produção agrícola, também é muito importante saber a quem vender os produtos, devendo por isso haver a preocupação de serem definidos circuitos.

Focou a utilização dos herbicidas que vem sendo feita de forma indiscriminada, e que prejudica a biodiversidade, criando muitos desequilíbrios, pelo que é necessária uma maior consciencialização de todos para a utilização desses produtos.

Aludiu ainda à descapitalização dos nossos agricultores, que têm sido muito prejudicados com as diversas intempéries, há vários anos seguidos, o que entende que é um grande problema.

Concluiu salientando que ninguém esteja a contar com apoios à agricultura do Governo Central, pois na prática não têm quaisquer medidas para o Interior.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Agradeceu a exposição feita pelo Eng.º André Gouveia, que demonstra bem que gosta daquilo que faz.

Referiu que na análise SWOT que fez, focou a maior ameaça à agricultura do Concelho, que é a falta de estabilidade dos rendimentos agricultores, que constitui o principal motivo de desmotivação dos jovens para apostarem nessa área. Considera que este é um grande problema, tendo sugerido que o Governo criasse um fundo de estabilização para a agricultura, para fazer face aos problemas dos agricultores, a exemplo do que faz noutras áreas.

Salientou as oportunidades sugeridas para o desenvolvimento da agricultura, nomeadamente através da criação de novos produtos que se destaquem pela diferenciação. Contudo, o grande problema na nossa região são os minifúndios, pelo que considera que a única forma de se conseguir uma produção em grande escala seria através da associação dos agricultores em cooperativas, a exemplo do que acontece em Espanha, cujo sistema funciona muito bem.

Entende que tem de existir uma consciência coletiva e que devem ser criadas oportunidades para que os produtos de menor qualidade sejam rentabilizados, através de inovação.

Concluiu salientando a importância de se trabalhar em conjunto, pois os próprios programas comunitários que



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.09.24

existem destinam-se a apoiar os agrupamentos de agricultores.

- **Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite** - Agradeceu à Mesa da Assembleia por trazer este tema à discussão. Agradeceu ainda ao Eng.º André Gouveia a forma inteligente e motivada como expôs este tema tão importante para a nossa região.

Disse que é efetivamente a população mais idosa que trata da agricultura no Concelho, contudo já há alguns jovens a querer apostar nessa área, parecendo-lhe que era importante que tentem aproveitar o nicho de mercado que existe e que foi apontado, valorizando as condições que temos.

Considera que têm de ser feitos esforços no sentido de se conseguirem apoios, quer do Município, quer do Governo.

No momento em que se dirigia à Mesa para comentar o que havia sido proferido em relação ao PS e ao boletim informativo deste partido, o membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite foi interrompido pelo Senhor Presidente da Mesa, não o deixando terminar a sua intervenção, alegando não serem declarações a prestar naquele momento.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Felicitou a Mesa da Assembleia por trazer este tema à discussão e o Eng.º André Gouveia pela explanação que fez e pela motivação com que o fez, incentivando-o a desenvolver as sugestões que apresentou.

Referiu que a agricultura pode ser vista também como uma atividade ocupacional, que promove a qualidade de vida das pessoas, afastando-as de atividades menos saudáveis.

Salientou o facto de lhe parecer que a rede de comercialização e distribuição dos produtos não está a funcionar bem, porque o agricultor tem sempre de se submeter e acaba por ser o mais prejudicado, pois leva com o desequilíbrio do ecossistema e com dos empresários.

- **Tiago Jorge Gomes Eusébio** - Felicitou o Eng.º André Gouveia pela excelente exposição.

Disse que também entende que era importante a Regiefrutas distribuir um mapa agrícola do Concelho, para os agricultores aproveitarem melhor as suas culturas.

Disse ainda que não entende como a anterior direção da Regiefrutas deixou uma dívida tão grande naquela instituição.

Interveio ainda o cidadão Joel, tendo salientado a importância da água para se conseguir aumentar a produção por hectare. Quanto às cadeias de distribuição, explicou que a grande culpa da fruta sem preço é dos próprios agricultores, porque não se unem, para evitar que isso aconteça.

Sugeriu que a Régiefrutas aproveite as boas instalações de que dispõe para comercializar os produtos endógenos, como a maçã, pera, castanha, etc.

O Senhor Presidente da Câmara interveio informando que a Regiefrutas já está a transformar maçã, tendo por vezes dificuldade em arranjar fornecedores na região. O que mais produziram no corrente ano foi o Kiwi, tendo já um compromisso para transformar pera.

Continuam a preocupar-se com estudos técnicos para o melhor aproveitamento dos produtos e com a consolidação dos diversos mercados para escoamento dos produtos.

Intervenção de seguida o Eng.º André Gouveia tendo agradecido as palavras carinhosas que lhe dirigiram.

Relativamente à polinização pelos novos insetos bióticos, disse que em termos bióticos é contra, mas em termos humanos é a favor, porque é importante para a sobrevivência.

Ao membro Vítor Manuel Cardoso Ferreira disse que os herbicidas são menos utilizados do que, por exemplo, os fármacos das macieiras e que se forem aplicados de forma consciente, conseguem-se bons resultados.

Ao membro Carlos Alberto Moura Cabral disse que subscreve totalmente a sua ideia de cooperativismo, que vai faltando na nossa região.

Aos membros Rui Raimundo e Luís Leite disse que o envelhecimento é efetivamente um dos flagelos da nossa agricultura e é um grande constrangimento, porque é a mão-de-obra que eleva os valores dos produtos agrícolas.

Disse que concorda com as sugestões dos cidadãos Rui Silva e Joel.

Salientou a importância do mapa de culturas do Concelho, porque é importante manter os agricultores bem informados, para saberem como aproveitar todas as características edafoclimáticas do Concelho.

Ao membro Tiago Ildefonso disse que a agricultura é muitas vezes uma terapia e que quanto às cadeias de comercialização, julga que os agricultores mereciam ser mais respeitados, devendo ser reequilibradas.

Concluiu manifestando o seu gosto por ter estado presente nesta reunião e poder partilhar os seus conhecimentos com todos os presentes.

Concluídas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todo o público e a exposição feita pelo Eng.º André Gouveia, bem como o seu entusiasmo e o seu contributo para a discussão desta temática.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas e quinze minutos, com a presença dos mesmos membros, com exceção do membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite.

PONTO 2 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES EM 30.06.2018, APRESENTADO PELA SOCIEDADE "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.",

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.09.24

ACOMPANHADO DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NA MESMA DATA

Presente o Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2018, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", em cumprimento do disposto na alínea d) do nº2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, acompanhado do balanço e demonstração de resultados do período, documentos que foram enviados antecipadamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por dizer que desde dois mil e catorze o Município tem auditores independentes e este é o relatório do primeiro semestre do corrente ano.

Salientou as principais conclusões do relatório, designadamente as seguintes:

- 1º - Alertas que se vêm verificando semestre após semestre relativamente ao património, porque é de todo impossível registar tudo, uma vez que há muitas obras realizadas há muitos anos, das quais nem levantamento existe do próprio terreno, nem do património ali existente.

- 2º - Dívida à empresa "Águas do Norte, SA", explicou que ela se deve à divergência entre o valor que a empresa considera que deve ser pago pelos mínimos mesmo não sendo consumidos, com o que os Municípios discordam, por isso o assunto está em Tribunal. Contudo, o Orçamento de Estado de 2018 previa um artigo, segundo o qual os Municípios podiam fazer acordos de pagamento relativos às dívidas de água, por um prazo de vinte e cinco anos. Aproveitando esta oportunidade, a maior parte dos municípios fizeram contratos-promessa para a realização daqueles acordos, porque ainda não saiu regulamentação sobre o artigo em causa. A empresa na semana passada veio dizer que vão fazer cair aqueles contratos-promessa, porque tiveram indicações do Senhor Ministro que não vão implementar os referidos acordos por enquanto, que ficará para mais tarde. Considera por isso que o Governo é rápido a anunciar, mas ao nível da execução é muito lento.

- 3º - Limite da dívida do Município, porque em 30 de junho este Município saiu do limite de endividamento, com esforço e rigor e com o sentimento do dever cumprido, o qual não terminou, pois as dificuldades de tesouraria e liquidez mantêm-se e têm de se continuar a trabalhar para melhorar a situação. Quanto aos fundos negativos, eles têm sido sempre negativos.

Em relação à demonstração de resultados, disse que é dinâmica, e que é bom sinal ter chegado ao fim de semestre

com dezoito mil euros negativos, e que no final do ano ainda estarão certamente melhores.

Interveio de seguida o seguinte membro:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que verificou que são referidos os mesmos problemas que constavam no relatório do final do ano anterior. Quanto ao imobilizado, ficou na dúvida se a Câmara Municipal celebrou o contrato promessa com a empresa Águas do Norte. Acrescentou que se o Executivo tivesse de reconhecer o valor da dívida à empresa Águas do Norte, iria criar dificuldades em relação ao limite de endividamento.

Concluiu salientando que a situação financeira não descambou, caminha no bom sentido, o que espera que se mantenha, pois só com contas sãs podemos criar condições para as gerações futuras.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, relativamente aos trabalhos por administração direta, disse que já dispõem de um software que permite aferir com mais rigor todos os gastos.

Quanto à imparidade dos valores mínimos da água, disse que essa dívida nunca foi registada e continua a defender que não seja, porque há indicação de que o Município possa vir a ganhar as ações em causa. Por outro lado, salientou que as provisões não entram para o limite da dívida, por isso não deve criar qualquer preocupação.

Terminada a apreciação dos documentos, foi tomado conhecimento do presente relatório, bem como do balanço e da demonstração de resultados referentes ao período de 01.01.2018 a 30.06.2018.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO 2º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO AJUSTADO - EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO NO MONTANTE DE € 5.136.622,73, CONTRATADO EM 24.04.2017

Presente o segundo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Ajustado, relativo ao empréstimo a longo prazo (operação de substituição de dívida ao abrigo do artigo 81º da Lei do Orçamento do Estado para 2017) destinado a saneamento financeiro, no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, respeitante ao período de um de janeiro até trinta de junho de dois mil e dezoito, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de catorze de agosto findo, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo referiu que em termos de execução, lhe parece que correu bem, uma



Fl.

039

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.09.24

vez que cumpriram cerca de cinquenta por cento das medidas. Disse ainda que as medidas estão elencadas e quase todas estão cumpridas com exceção de muito poucas.

Interveio de seguida o seguinte membro:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Congratulou-se com o cumprimento da maioria das medidas, fazendo votos para que se continue na mesma senda.

Perguntou qual será o impacto que a integração dos precários terá na despesa corrente do Município.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta informou que a despesa mensal aumentará cerca de vinte e cinco a trinta mil euros.

Terminada a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o segundo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro ajustado, relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, respeitante ao período de um de janeiro até trinta de junho de dois mil e dezoito.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO QUATRO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO ÀS CONDIÇÕES GERAIS DE ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DO SOUTO DO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA

Presente a proposta de aditamento às condições gerais de alienação do edifício composto por 2 blocos (12 fogos), sito no lugar do Souto Mercado, na cidade de Tarouca, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 26 de julho de 2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, a qual a seguir se transcreve:

"ADITAMENTO ÀS CONDIÇÕES GERAIS DE ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DO SOUTO DO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA

PROPOSTA

Em 23.02.2018, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de 15.02.2018, deliberou autorizar a alienação do prédio urbano composto por edifício de dois blocos, cada um com rés-do-chão, primeiro e segundo andar e cave comum, destinado a habitação, sito no lugar do Souto do Mercado, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2338º e descrito na Conservatória do registo Predial de Tarouca sob o nº 02610 de 14 de janeiro de 2003 e ali inscrito a favor do Município de Tarouca sob a apresentação nº2 de 15 de outubro de 2003, a submeter ao regime da propriedade horizontal e fixar as respetivas condições gerais.

Considerando que:

1º de acordo com o artigo 32º da Lei nº 38/2004, de 18.08, " compete ao Estado adotar, mediante a elaboração de um plano nacional de promoção da acessibilidade, tendo em atenção os princípios do desenho universal:

a) *Medidas específicas necessárias para assegurar o direito à habitação da pessoa com deficiência, em articulação com as autarquias locais; (...)* "

2º as condições gerais fixadas para a alienação dos referidos fogos habitacionais não contemplaram, por manifesto omissão, medida(s) específica de incentivo e apoio aos arrendatários portadores de deficiência, o que se impõe do ponto de vista da justiça e da coesão social,

Proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal que no uso da competência prevista na alínea i) do nº1 do artigo 25º do referido diploma, aprove o seguinte aditamento às condições de venda anteriormente aprovadas, com efeitos reportados a 23.02.2018, ao abrigo da alínea b) do nº2 do artigo 156º do Código do Procedimento Administrativo:

"Os arrendatários com doença ou deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60% beneficiam de um desconto de 50% sobre o preço máximo de venda, constante do nº2 das condições aprovadas.

Idêntico desconto sobre o preço máximo da venda será aplicável nos casos de arrendatários com filhos com doença ou deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60%, desde que façam parte do respetivo agregado familiar em 23.02.2018."

Tarouca, 20.07.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a lei prevê esta situação, pelo que deixa à consideração do plenário a sua aprovação.

Interveio de seguida o seguinte membro:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que na sua opinião não há outra alternativa senão votar favoravelmente a proposta, uma vez que é para ajudar os arrendatários com alguma deficiência.

Terminada a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o seguinte aditamento às condições de venda do edifício composto por 2 blocos (12 fogos), sito no lugar do Souto do Mercado, na cidade de Tarouca, por si aprovadas em sessão de 23.02.2018,



Fl. 040

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.09.24

com produção de efeitos reportada aquela data, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 156.º do Código do Procedimento Administrativo:

"Os arrendatários com doença ou deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60% beneficiam de um desconto de 50% sobre o preço máximo de venda, constante do n.º 2 das condições aprovadas.

Idêntico desconto sobre o preço máximo da venda será aplicável nos casos de arrendatários com filhos com doença ou deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60%, desde que façam parte do respetivo agregado familiar em 23.02.2018."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, o membro Rui Fernando Guedes Raimundo retirou-se da reunião.

PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2020, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2019

Presente a proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em dois mil e vinte, referente aos rendimentos de dois mil e dezanove, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dezassete de setembro de dois mil e dezoito, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, a qual a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2020, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2019

PROPOSTA

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.

Essa participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos (n.º 2 do citado artigo 26.º).

A ausência da referida comunicação, ou a comunicação para além da referida data, equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios.

Assim, considerando que:

- em 2018, o Município de Tarouca receberá o montante de € 131 930, correspondente a 5% de participação variável no IRS que incidirá sobre os rendimentos de 2017 (deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 0,25% do montante a transferir), sendo que o montante total da participação a transferir para os municípios é de € 420 662 180;

- está em curso o plano de saneamento financeiro, aprovado pelos órgãos municipais no ano de 2017, que substitui o anterior plano, em vigor desde 2010, que impõe a adoção de medidas de maximização da receita, continuando, por isso, a ser inviável a redução da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, referente a rendimentos do ano 2019,

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma e para efeitos do disposto no nº2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 03.09, **fixe em 5% a participação variável, pretendida por este Município, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área da respetiva circunscrição territorial, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2019 e a arrecadar em 2020.**

Tarouca, 20 de agosto de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o Município não tem possibilidade de aprovar um valor superior ao constante da proposta.

Interveio de seguida o seguinte membro:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que sempre foi contra esta medida, e que eticamente nunca votaria a favor da devolução de rendimento.

Terminada a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea c) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, fixar em 5% (cinco por cento) a participação variável no IRS, incidente sobre os respetivos rendimentos de dois mil e dezanove e a arrecadar em dois mil e vinte, pretendida por este município, para efeitos do disposto no artigo vinte e seis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.



Fl. 041

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.09.24

PONTO 6. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTE AO PERÍODO DE 12.06.2018 A 12.09.2018

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezassete de setembro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, respeitante ao período de 12.06.2018 a 12.09.2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO**INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 12.06.2018 A 12.09.2018**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 12.09.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 2018.06.12 a 2018.09.12		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	688 914,23 €	1 679 169,69€
2020	51 081,36 €	451 634,69 €
2021	24 539,08 €	320 976,49 €
2022	9 501,44 €	13 670,13 €
2023	9 606,24€	10 648,41 €
2024	150 722,15 €	150 722,15€
Total	783 642,35 €	2 626 821,56 €

Paços do Município, 12.09.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo pedido informação sobre o desfasamento que existe nos valores previstos para o ano de dois mil e vinte e quatro.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que se trata do encargo com empréstimos.

Foi tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 12.06.2018 A 12.09.2018.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número nove, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

O Senhor Presidente da Câmara salientou o apoio dado pelo Município a cerca de vinte e seis utentes que são transportados para o IPO, para além do apoio em medicamentos, o que fica bastante dispendioso ao Município, sendo uma das melhores obras que estão a ser feitas.

Aproveitou para comunicar que os Jogos Florais terão lugar no corrente ano e serão bianuais.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Enc. Maria Guerreiro Borges*, Técnica Superior, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

